

HABEAS CORPUS Nº 563.780 - MS (2020/0047898-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RAFAEL DOMINGUES MUNHOZ
ADVOGADO : RAFAEL DOMINGUES MUNHOZ - GO053220
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : KENNEDY LIRA PARREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **KENNEDY LIRA PARREIRA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput e* § 1º, 34 e 35, todos da Lei n. 11.343/2006 e arts. 180 e 311 do Código Penal.

Neste *writ*, alega o impetrante ausência de fundamento válido para a prisão cautelar.

Afirma que deve prevalecer o princípio da presunção de inocência e destaca que o paciente é primário e tem residência fixa.

Alega, ainda, haver violação ao princípio da homogeneidade, pois, mesmo em caso de eventual condenação, o paciente não cumpriria pena em regime fechado.

Indica, por fim, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, estando o paciente preso desde 26/8/2019.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

O juiz sentenciante decretou a prisão cautelar sob a seguinte motivação:

"Inicialmente, por estar formal e materialmente em ordem, homologo o flagrante.

Prosseguindo, denoto ser necessária a sua conversão em prisão preventiva, para garantir a ordem pública (paz social aviltada pela difusão do produto – 517kg de maconha e 500g de skank), assegurando-se ainda a instrução criminal e a aplicação da lei penal, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Nesse norte, destaco que o indiciado Kennedy conduzia o veículo

EcoSport, que estava carregado com a droga, enquanto José Henrique atuava como "batedor", no veículo Polo, auxiliando no transporte dos entorpecentes.

Desta forma, independentemente dos atributos inerentes aos indiciados, os mesmos não são suficientes para afastar a segregação cautelar em voga, sobretudo por causa da quantidade de drogas apreendidas, que seriam transportadas para o Estado de Goiás. Nesta senda:

[...]

De mais a mais, a segregação assegurará também a instrução criminal e a aplicação da lei penal, porquanto os indiciados residem na cidade de Goiânia/GO.

Do exposto, provada a existência de crime e indícios suficientes da autoria, converto a prisão em flagrante dos indiciados em prisão preventiva, nos termos dos artigos 310, inciso II, 312, e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal."

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta delitiva, pois o paciente fazia o transporte de expressiva quantidade de entorpecentes: 517 Kg de maconha e 500 g de *skunk*.

Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva.

A propósito:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favorável ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Ademais, consigne-se que é inviável a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017.

Por fim, o argumento de desproporcionalidade da custódia cautelar à provável futura pena do paciente não comporta acolhimento, pois apenas a conclusão do processo será capaz de revelar se o acusado será beneficiado com a fixação de regime prisional diverso do fechado, sendo inviável essa discussão neste momento processual. Nessa linha: RHC 94.204/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 16/4/2018; e RHC 91.635/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 5/4/2018.

Quanto à alegação de excesso de prazo, o Tribunal de origem assim se manifestou:

"Cumpre registrar que o excesso de prazo, em face do princípio da razoabilidade e proporcionalidade, não é visto pura e simplesmente em razão da extrapolação da somatória dos prazos previstos em lei.

Conforme explanado pelo Min. Antonio Saldanha Palheiro: "A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão

provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal." 1 Nesse sentido, no caso em apreço não restou configurado o alegado excesso de prazo, pois em consulta aos autos principais n.

0002260-67.2019.8.12.0004, constata-se que o feito encontra-se com prazo razoável.

In casu, trata-se de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico, que possui procedimento especial, além dos delitos de receptação de veículo e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, prazos mais longos para a conclusão da instrução criminal.

A par das circunstâncias acima alinhadas, os Tribunais têm admitido que a demora na conclusão da instrução, como na hipótese sob exame, não constitui constrangimento ilegal, porque não deriva da vontade do julgador ou de inércia da máquina judiciária, mas de circunstâncias intrínsecas à própria instrução probatória.

Nesse sentido, veja-se o entendimento do doutrinador do direito Guilherme de Souza Nucci: "Torna-se muito importante, entretanto, respeitar a razoabilidade de sua duração, não podendo transpor os limites do bom senso e da necessidade efetiva para a instrução do feito. Passamos a defender a existência do princípio constitucional implícito, inerente à atuação do Estado, consistente na duração razoável da prisão cautelar. A prisão preventiva tem a finalidade de assegurar o bom andamento da instrução criminal, não podendo esta se prolongar indefinidamente, por culpa do juiz ou por atos procrastinatórios do órgão acusatório."

[...]

Desse modo, resta demonstrado que inexistente desídia da autoridade coatora na condução da marcha processual, mas de circunstâncias intrínsecas à própria instrução probatória.

Assim, considerando as particularidades do feito, mostra-se razoável a demora na conclusão da instrução, não se vislumbrando excesso de prazo, tampouco constrangimento ilegal a ser sanado via habeas corpus."

Segundo orientação dos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado.

Na hipótese, observa-se que o processo segue trâmite regular. O paciente foi preso cautelarmente em 26/8/2019 e, em consulta realizada no site do Tribunal de origem, verifica-se que 5/9/2019 foi oferecida denúncia.

Em 15/10/2019, houve a citação e apresentação da defesa prévia em 2/12/2019.

Atualmente, os autos aguardam a realização da audiência de instrução, designada para 2/4/2020, já se aproximando, portando, do seu termo final.

Sob tal contexto, não há se falar, **por ora**, em manifesto constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na instrução criminal, sobretudo diante das especificidades do feito, que reúne 2 réus e apuração de pluralidade de crimes.

No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

"[...]

6. Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento da delonga injustificada deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

7. Fica afastado, ao menos por ora, o suscitado excesso de prazo se a demanda tramita regularmente e o prognóstico para o término do feito, com data prevista para a realização da audiência de instrução, é de que seja em breve.

8. Ordem denegada."

(HC 530.341/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019)

"[...]

6. Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que o maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a 3 réus da prática de tráfico e associação para o tráfico, em que foi necessária expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas para continuação da audiência de instrução e julgamento realizada em 12/11/2018. E, ainda, conforme verifica-se no sítio eletrônico do Tribunal de origem, a audiência ainda não foi realizada por ausência das testemunhas, sendo designada para 10/10/2019. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora.

7. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 526.418/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Recomenda-se, entretanto, de ofício, ao Juízo processante, que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/19. Recomenda-se, igualmente, celeridade.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator